

REGULAMENTO DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM ESTUDOS DA CRIANÇA (CIEC)

O Centro de Investigação em Estudos da Criança, adiante designado por CIEC, é uma subunidade orgânica de investigação, de natureza multi e interdisciplinar, integrada no Instituto de Educação da Universidade do Minho. Tem como missão promover investigação de alto nível com o propósito de melhorar a compreensão sobre os mundos das crianças e contribuir para o seu desenvolvimento, aprendizagem e bem-estar. O Centro fomenta, ainda, ações estratégicas que potenciem a relevância social e política da investigação, no sentido de promover políticas, direitos, culturas e práticas que melhorem as condições de vida das crianças, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, e de apoiar os profissionais que trabalham com crianças, estudando as condições e os contextos da sua atividade e proporcionando-lhes formação e oportunidades de desenvolvimento profissional.

O presente Regulamento define a estrutura organizativa e funcional do CIEC, de acordo com a respetiva missão e os seus objetivos estratégicos, ouvidos os órgãos próprios desta subunidade de investigação e do Conselho Científico do Instituto de Educação, sendo submetido à aprovação pelo Reitor da Universidade do Minho, nos termos a seguir apresentados.

CAPÍTULO I NATUREZA, ÂMBITO E OBJETIVOS

Artigo 1.º

Natureza

O Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), doravante designado por Centro, é uma subunidade orgânica de investigação integrada no Instituto de Educação da Universidade do Minho.

Artigo 2.º

Âmbito

O Centro é uma estrutura de carácter permanente, de natureza multi e interdisciplinar que, no âmbito do Instituto de Educação, visa a promoção e a coordenação da investigação científica no domínio dos Estudos da Criança.

Artigo 3.º

Objetivos

São objetivos gerais do Centro:

- a) produzir conhecimento científico no domínio dos Estudos da Criança, de acordo com os princípios e os objetivos do Instituto de Educação;
- b) aprovar, coordenar, apoiar e promover investigação científica no seu domínio de competências;
- c) fomentar o desenvolvimento do intercâmbio científico entre o Centro e instituições nacionais e internacionais ligadas à investigação;
- d) afetar recursos humanos e materiais à investigação;
- e) desenvolver projetos e atividades de interação com a sociedade, de natureza científica, no âmbito das suas competências;
- f) promover e apoiar ações de formação avançada para investigadores;
- g) difundir conhecimento científico ao nível nacional e internacional, no domínio dos Estudos da Criança.

CAPÍTULO II

MEMBROS DO CENTRO

Artigo 4.º

Constituição

1. Dos Membros Integrados

- a) são Membros Integrados do Centro todos os docentes e investigadores doutorados, a tempo integral, desde que aprovados pela Comissão Diretiva do Centro. Esta aprovação é realizada anualmente, em função dos critérios estabelecidos pela Comissão Científica do Centro e da política científica do Instituto de Educação;
- b) são elegíveis como Membros Integrados os docentes e investigadores doutorados do Instituto de Educação da Universidade do Minho, bem como docentes e investigadores com vínculo a outras unidades orgânicas da Universidade do Minho, desde que tenham autorização das respetivas unidades orgânicas e sejam aprovados pela Comissão Diretiva do Centro;
- c) são, ainda, elegíveis como Membros Integrados do Centro docentes e investigadores doutorados de outras Instituições e entidades, desde que tenham autorização da instituição a que pertencem e sejam aprovados pela Comissão Diretiva do Centro.

2. Dos Membros Colaboradores

são Membros Colaboradores do Centro outros investigadores, autopropostos ou propostos por um Membro Integrado ou por uma Comunidade de Investigação do Centro, podendo sê-lo na qualidade de doutorados, doutorandos (com ou sem bolsa de doutoramento), bolseiros de investigação ou investigadores não doutorados ligados a projetos de investigação. A sua aceitação está dependente de aprovação pela Comissão Diretiva.

3. Dos Membros Visitantes

são Membros Visitantes os investigadores que, por um período limitado de tempo, desenvolvam projetos de investigação ou missões no Centro, em articulação com um Membro Integrado.

Artigo 5.º

Direitos e deveres

1. Dos Membros Integrados

- a) são direitos dos Membros Integrados participar nas atividades do Centro; participar nos órgãos do Centro nos termos estabelecidos no presente Regulamento; utilizar os recursos disponíveis e infraestruturas de apoio disponibilizados pelo Centro nos termos definidos pela sua Comissão Científica;
- b) são deveres dos Membros Integrados desenvolver atividades de investigação e desenvolvimento enquadráveis no domínio dos Estudos da Criança e garantir uma produção científica regular compatível com os critérios definidos anualmente pela Comissão Científica do Centro;
- c) é dever dos Membros Integrados indicar o CIEC como entidade de afiliação nas suas publicações científicas ou trabalhos realizados que resultem da sua atividade de investigação enquanto investigadores do Centro.

2. Dos Membros Colaboradores

- a) são direitos dos Membros Colaboradores participar nas atividades do Centro em articulação com o Membro Integrado com o qual colaboram;
- b) é dever dos Membros Colaboradores contribuir para a concretização dos objetivos do Centro e garantir uma produção científica regular compatível com os critérios definidos anualmente pela Comissão Científica do Centro;
- c) é dever dos Membros Colaboradores indicar o CIEC como entidade de afiliação nas suas publicações científicas ou trabalhos realizados que resultem da sua atividade de investigação enquanto investigadores do Centro.

3. Dos Membros Visitantes

- a) são direitos dos Membros Visitantes participar nas atividades do Centro e usufruir de serviços e apoios em articulação com o Membro Integrado com o qual colaboram;
- b) é dever dos Membros Visitantes contribuir para a concretização dos objetivos do Centro.

CAPÍTULO III

ÓRGÃOS DE GOVERNO

Artigo 6.º

Estrutura orgânica

O Centro tem os seguintes órgãos de governo:

- a) o Diretor;
- b) a Comissão Diretiva;
- c) a Comissão Científica;
- d) o Conselho de Acompanhamento.

Artigo 7.º

Competências do Diretor

Compete ao Diretor:

- a) presidir à Comissão Diretiva, bem como à Comissão Científica;
- b) representar o Centro;
- c) coordenar as atividades do Centro;
- d) assegurar a ligação com os órgãos de direção do Instituto de Educação e da Universidade do Minho, bem como com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e outras entidades;
- e) promover a articulação entre o Centro e o Programa de Doutoramento em Estudos da Criança do Instituto de Educação;
- f) assegurar a gestão do Centro;
- g) convocar as reuniões da Comissão Diretiva, da Comissão Científica e do Conselho de Acompanhamento;
- h) assegurar o cumprimento das deliberações da Comissão Diretiva e da Comissão Científica;
- i) elaborar o relatório anual de atividades;
- j) elaborar o plano anual de atividades;
- k) elaborar a proposta de orçamento anual e o relatório financeiro do Centro;
- l) propor a constituição do Conselho de Acompanhamento;
- m) designar o Diretor-adjunto de entre os Membros Integrados com vínculo à Universidade do Minho;
- n) desencadear os mecanismos de avaliação do Centro;
- o) desencadear o processo eleitoral para a eleição dos coordenadores e representantes das Comunidades de Investigação.

Artigo 8.º

Do Diretor-adjunto

São funções do Diretor-adjunto coadjuvar o Diretor, substituí-lo nas suas ausências prolongadas e participar no exercício das competências da Comissão Diretiva.

Artigo 9.º

Constituição da Comissão Diretiva

Constituem a Comissão Diretiva do Centro:

- a) o Diretor;
- b) o Diretor-adjunto;
- c) o Coordenador de cada Comunidade de Investigação do Centro.

Artigo 10.º

Competências da Comissão Diretiva

Compete à Comissão Diretiva:

- a) zelar pela articulação entre o desenvolvimento das Comunidades de Investigação e as orientações gerais definidas pela Comissão Científica do Centro, de acordo com a política científica do Instituto de Educação;
- b) propor à Comissão Científica a criação, a alteração ou a extinção de Comunidades de Investigação;
- c) afetar recursos humanos e materiais às Comunidades de Investigação, de acordo com o plano de atividades e orçamento do Centro;
- d) propor a aprovação de protocolos com instituições congéneres e/ou entidades prestadoras de serviços, no âmbito das atribuições do Centro;
- e) propor os critérios de produtividade necessários para a aceitação ou manutenção dos investigadores como Membros Integrados;
- f) aprovar as propostas de inscrição de novos membros;
- g) pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades e o plano anual de atividades;
- h) pronunciar-se sobre os membros do Conselho de Acompanhamento propostos pelo Diretor;
- i) pronunciar-se sobre a política editorial do Centro;
- j) propor alterações ao regulamento do Centro;
- k) coordenar o processo de avaliação interna do Centro;
- l) designar o(s) editor(es) da revista do Centro (*Child Studies*);
- m) pronunciar-se sobre todas as questões que lhe sejam colocadas pelo Diretor.

Artigo 11.º

Constituição da Comissão Científica

1. A Comissão Científica é constituída por todos os membros doutorados do Centro.
2. A Comissão Científica reúne ordinariamente três vezes por ano e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor do Centro, ou quando dois terços dos seus membros lho solicitem por escrito, indicando o assunto que desejam ver tratado.
3. As deliberações da Comissão Científica são tomadas por maioria simples de votos dos investigadores presentes, não podendo a Comissão Científica deliberar sem a presença de um terço dos investigadores que compõem o órgão.
4. Dependendo da especificidade dos assuntos a tratar, a Comissão Científica poderá funcionar em secções especializadas, ou constituir uma comissão coordenadora da comissão científica, nos termos previstos no número 3, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 63/2019, de 16 de maio.

Artigo 12.º

Competências da Comissão Científica

Compete à Comissão Científica:

- a) eleger o Diretor do Centro;
- b) analisar a atividade desenvolvida pelo Centro e pronunciar-se sobre perspectivas de desenvolvimento;
- c) aprovar os critérios de produtividade necessários para a aceitação ou manutenção dos investigadores como Membros Integrados;
- d) pronunciar-se sobre a proposta de Regulamento do Centro;
- e) apreciar o plano de atividades, o orçamento, o relatório anual de atividades e o relatório financeiro do Centro;
- f) aprovar a constituição do Conselho de Acompanhamento, mediante proposta da Comissão Diretiva;
- g) aprovar a designação do Diretor-adjunto, mediante proposta do Diretor do Centro;
- h) pronunciar-se sobre todas as questões colocadas pelo Diretor do Centro.

Artigo 13.º

Constituição e competências do Conselho de Acompanhamento

1. O Conselho de Acompanhamento é o órgão que acompanha a investigação do Centro e é aprovado pela Comissão Científica.
2. O Conselho de Acompanhamento é constituído por individualidades de reconhecido mérito, exteriores ao Centro, devendo, por via de regra, incluir investigadores estrangeiros.
3. O Conselho de Acompanhamento reúne, ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Diretor.
4. Compete ao Conselho de Acompanhamento:
 - a) pronunciar-se sobre matérias de carácter científico relativas aos projetos em que o Centro intervém;
 - b) contribuir para uma melhor orientação estratégica do Centro em termos de investigação;
 - c) emitir pareceres sobre a pertinência social e a relevância científica dos projetos do Centro;
 - d) pronunciar-se sobre o relatório de atividades do Centro;
 - e) emitir pareceres, elaborar recomendações e formular sugestões sobre todos os assuntos de interesse para o Centro e que lhe sejam solicitados pelo Diretor.

Artigo 14.º

Representantes do Centro no Conselho Científico do Instituto de Educação

1. O Centro é representado no Conselho Científico do Instituto de Educação pelos seguintes elementos, obedecendo a ocupação dos lugares disponíveis às seguintes prioridades:
 - a) o Diretor;
 - b) o Diretor-adjunto;
 - c) os restantes membros da Comissão Diretiva;
 - d) os demais lugares são ocupados por outros investigadores integrados designados pela Comissão Diretiva.
2. Caso o número de representantes do Centro no Conselho Científico do Instituto de Educação seja inferior à soma dos elementos elencados nas alíneas a) a c), a Comissão Diretiva designará quais serão os representantes de entre os seus membros, sem prejuízo do estipulado no n.º 1 deste artigo.
3. Os mandatos são trienais.

Artigo 15.º

Eleição do Diretor e dos Membros da Comissão Diretiva, e designação do Diretor-adjunto

1. Formas de eleição e designação:
 - a) o Diretor é eleito por todos os Membros Integrados, de entre os Membros Integrados que sejam Professores Catedráticos ou Associados do Instituto de Educação, ou investigadores de carreira (Investigadores Principais) com vínculo à Universidade do Minho;
 - b) o Coordenador de cada Comunidade de Investigação é eleito pelos Membros Integrados da respetiva Comunidade, de entre os Membros Integrados com vínculo à Universidade do Minho;
 - c) o Diretor-adjunto é aprovado pela Comissão Científica, sob proposta do Diretor do Centro.
2. Os mandatos dos cargos eletivos são trienais.
3. O mandato do Diretor-adjunto termina quando o Diretor que o propôs cessa as suas funções.

CAPÍTULO IV

COMUNIDADES DE INVESTIGAÇÃO

Artigo 16.º

Comunidades de Investigação

1. As Comunidades de Investigação do Centro desenvolvem projetos que concretizem a política de investigação do Instituto de Educação.
2. A criação, alteração e extinção das Comunidades de Investigação é proposta pela Comissão Diretiva.
3. Os Membros Integrados do Centro, congregados em torno de áreas ou de temáticas de investigação, podem igualmente propor à Comissão Diretiva a constituição de Comunidades de Investigação.
4. A criação, alteração ou extinção ou reorganização das Comunidades de Investigação é aprovada pela Comissão Científica.

Artigo 17.º

Funções dos Coordenadores das Comunidades de Investigação

São funções dos Coordenadores das Comunidades de Investigação:

- a) promover a coordenação da investigação e a gestão dos recursos dentro da Comunidade, participar no exercício das competências da Comissão Diretiva, coadjuvar o Diretor e emitir pareceres por ele solicitados.
- b) incentivar e apoiar os membros da Comunidade na concretização de projetos de investigação.
- c) convocar para as reuniões os membros da Comunidade que coordenam.
- d) colaborar na elaboração do relatório anual da respetiva Comunidade de Investigação, a integrar no relatório anual do Centro.

CAPÍTULO V

ATIVIDADES E RECURSOS

Artigo 18.º

Atividades

São atividades do Centro:

- a) a produção do conhecimento, que se realiza através da investigação e das iniciativas levadas a cabo no âmbito dos planos de atividades do Centro;
- b) a difusão do conhecimento, através de uma política de publicação em revistas científicas, em atas, livros, encontros científicos ou outros meios;
- c) a promoção de encontros académicos, conferências e intercâmbios com instituições similares.

Artigo 19.º

Recursos

O Centro conta com recursos humanos, materiais e financeiros:

1. são recursos humanos, para além dos que constam no art.º 4.º, o pessoal administrativo alocado ao Centro pelo Instituto de Educação, bem como outro pessoal técnico-administrativo de apoio ao desenvolvimento dos projetos de investigação do Centro;
2. são recursos materiais e financeiros do Centro os equipamentos que lhe estão afetados, as dotações orçamentais da Universidade e de agências financiadoras, e outras que venha a captar por atividades próprias.

CAPÍTULO VI

AVALIAÇÃO

Artigo 20.º

Avaliação

1. O Centro elabora anualmente um relatório de autoavaliação.
2. O Centro elabora e divulga anualmente o relatório das suas atividades.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÃO FINAL

Artigo 21.º

Entrada em Vigor

Este Regulamento entra em vigor após homologação do Reitor e subsequente publicação nas páginas institucionais.